



resultados

1T16

relações com investidores



CTEEP ANUNCIA RESULTADOS DO 1T16

São Paulo, 28 de Abril de 2016 – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (BM&FBovespa: **TRPL3** e **TRPL4**), anuncia seus resultados do 1T16. As informações financeiras e operacionais dos períodos indicados, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS).

DESTAQUES IFRS

- A **Receita Líquida** de R\$ 269,5 milhões no 1T16, cresceu 6,3% em relação a 1T15 que foi de R\$ 253,6 milhões
- **Ebitda** de R\$ 151,5 milhões no 1T16, com **Margem** de 56,2%, aumento de R\$ 40,3 milhões.
- O **Lucro Líquido** no 1T16 atingiu R\$ 98,2 milhões, aumento de 13,5% em relação ao 1T15 quando registrou R\$ 86,6 milhões.

DESTAQUES REGULATÓRIO

- A **Receita Líquida** de R\$ 237,4 milhões no 1T16, cresceu 17,6% em relação a 1T15, quando registrou R\$ 201,9 milhões
- **Ebitda** de R\$ 124,4 milhões no 1T16, com **Margem** de 52,4%, aumento de R\$ 27,8 milhões.
- O **Lucro Líquido** no 1T16 atingiu R\$ 66,1 milhões, aumento de 7,3% em relação ao 1T15, quando registrou R\$ 61,6 milhões.

Principais Indicadores Consolidados (R\$ milhões)	IFRS			REGULATÓRIO		
	1T16	1T15	Δ%	1T16	1T15	Δ%
Receita Líquida	269,5	253,6	6,3%	237,4	201,9	17,6%
EBITDA	151,5	111,2	36,3%	124,4	96,6	28,7%
Margem EBITDA	56,2%	43,8%	12,4 p.p	52,4%	47,9%	4,5 p.p
Lucro Líquido	98,2	86,6	13,5%	66,1	61,6	7,3%
Margem Líquida	36,5%	34,1%	2,3 p.p	27,9%	30,5%	(2,7) p.p

Rating - Fitch AA+ (bra)

Teleconferência 29/04/2016 - 10h (Brasília)

Telefones:

Brasil: (+55 11) 3193 1001 ou (+55 11) 2820 4001

USA: (+1 888) 700 0802

Outros: (+1 786) 924 6977

Webcast: www.cteep.com.br/ri

SUMÁRIO

A CTEEP	4
Desempenho Operacional.....	5
Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS	7
Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório	12
Investimentos	18
Mercado de Capitais.....	19
Evento Subsequente	20
Anexos	21
<input type="checkbox"/> Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS.....	21
<input type="checkbox"/> Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil).....	23
<input type="checkbox"/> Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)	24
<input type="checkbox"/> Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)	25
<input type="checkbox"/> Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas (R\$ milhões).....	26
<input type="checkbox"/> Anexo VI – Subsidiárias.....	27
<input type="checkbox"/> Anexo VII – Contas a Receber	28
<input type="checkbox"/> Anexo VIII – Balanço Patrimonial Regulatório	29
<input type="checkbox"/> Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório.....	31
<input type="checkbox"/> Anexo IX – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% CTEEP).....	32

A CTEEP

A CTEEP é uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia do Brasil, atualmente, é responsável pelo transporte anual de cerca de 26% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

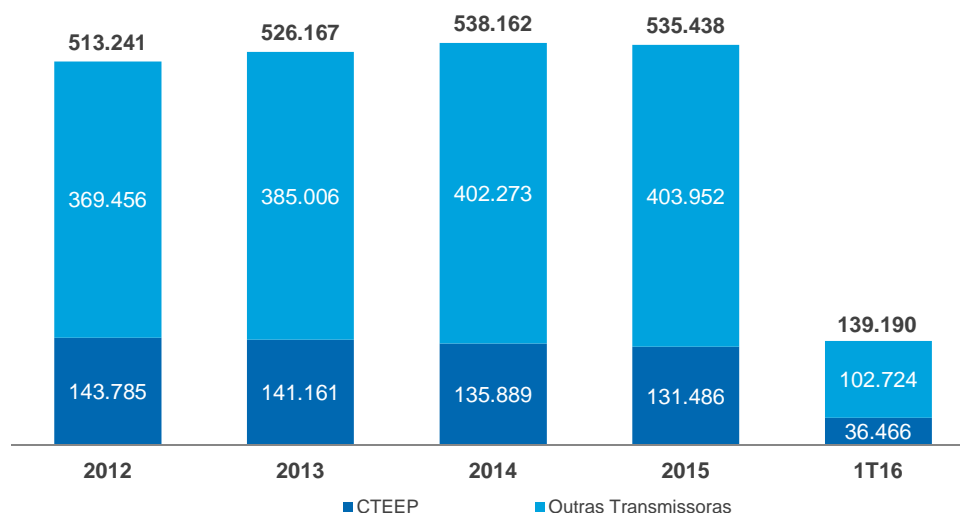
A Companhia está sediada em São Paulo e marca presença, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 16 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

A Companhia detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), IEPinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros), IESerra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi), IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns), IEMadeira (Interligação Elétrica do Madeira), IESUL (Interligação Elétrica Sul), IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste) e Evrecy.

A CTEEP e suas subsidiárias têm uma infraestrutura robusta com capacidade instalada de 55.687 MVA de transformação, com 18.468 km de linhas de transmissão, 25.807 km de circuitos, 2.347 km de cabos de fibra óptica próprios e 121 subestações com tensão de até 550 kV. Essa rede é integrada, viabilizando acesso aos clientes livres, bem como à conexão das empresas geradoras e das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2012 ao 1T16. O SIN é um sistema de transmissão e produção de energia elétrica do Brasil.

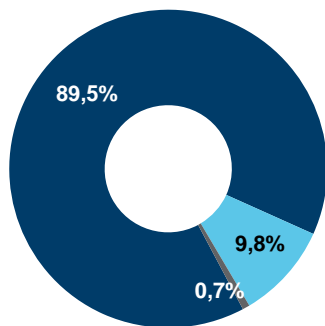
GWh



Composição Acionária

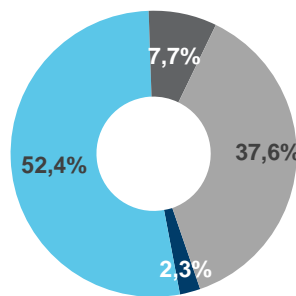
Controlada pela ISA, importante empresa multilatinha de sistemas de infraestrutura lineares, a CTEEP tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica e mais de 60 mil acionistas pessoas física e jurídica de diferentes países, dos quais destacam-se abaixo os detentores de mais de 5% das ações ordinárias ou preferenciais:

**Ações Ordinárias – TRPL3
(40% do Capital Social do total)**



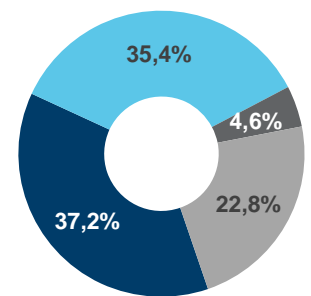
■ ISA Capital do Brasil ■ Eletrobras ■ Outros

**Ações Preferenciais – TRPL4
(60% do Capital Social total)**



■ ISA Capital do Brasil ■ Eletrobras ■ Vinci Ltda ■ Outros

Capital Social Total



■ ISA Capital do Brasil ■ Eletrobras
■ Vinci Ltda ■ Outros

Estrutura Societária

A estrutura societária da CTEEP, compreende suas empresas controladas total ou parcialmente, conforme demonstrada abaixo:



(*) 50% mais 1 (uma) ação.

Desempenho Operacional

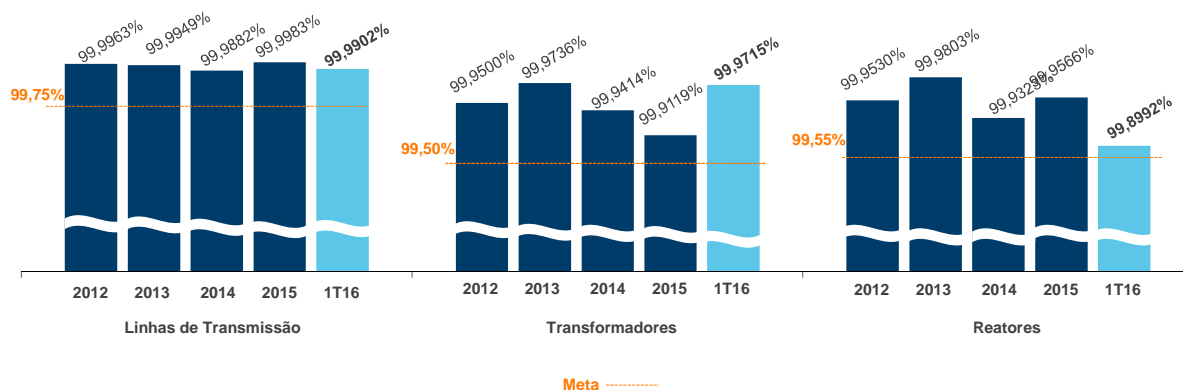
Excelência Operacional

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

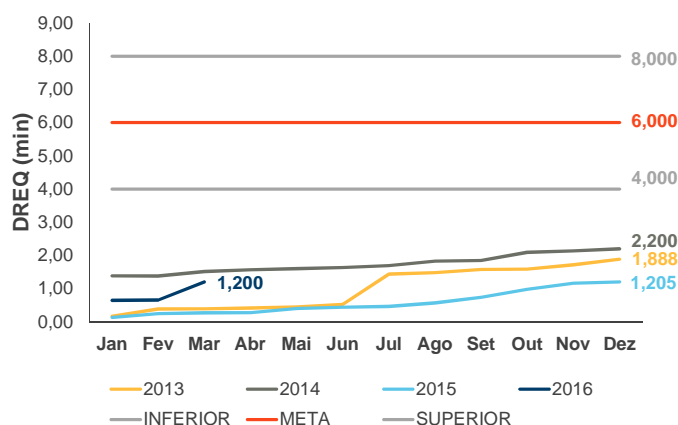
O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL e o foco da Companhia é garantir a eficiência e qualidade na prestação dos serviços de transmissão com rentabilidade. Nesse sentido, a CTEEP também possui o Plano de Otimização de Ativos (POA) e o Programa de Melhorias da Transmissão (PMT), ambos focados no aperfeiçoamento contínuo de seus equipamentos e sistemas.

A CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos através da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar uma queda de sua remuneração, por meio de desconto na receita auferida pela disponibilidade. Os indicadores a seguir apresentam um resumo do desempenho operacional da CTEEP no período de 2012 a 1T16.

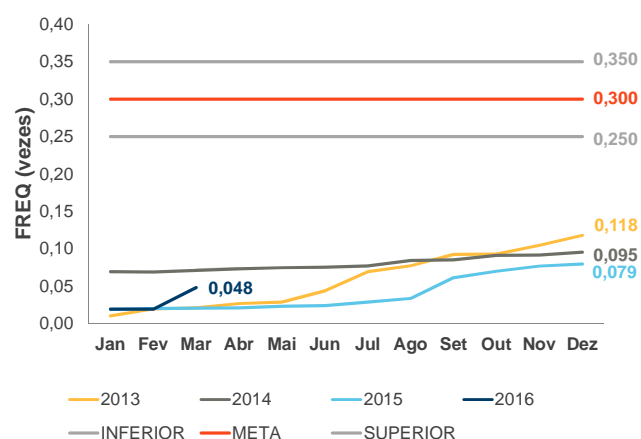
Disponibilidade dos Ativos



Duração Equivalente de Interrupção (DREQ) –
Tempo equivalente de interrupção da demanda máxima expressa em minutos.



Frequência Equivalente de Interrupção (FREQ) -
Número de vezes em que a demanda máxima é interrompida no período.



Em 31 de março de 2016, o índice DREQ dos últimos 12 meses registrado pela CTEEP foi de 2,14. O índice FREQ dos últimos 12 meses foi de 0,108 vezes (O que significa 1 desligamento de 2 minutos e 8 segundos a cada 9 anos).

Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS

Receita Operacional Bruta

No 1T16, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 307,0 milhões, crescimento de 7,4% em relação ao mesmo período de 2015 quando atingiu R\$ 285,7 milhões apresentando: (i) aumento de 16,4% das receitas de operação e manutenção; (ii) aumento de 34,0% da remuneração dos ativos de concessão. (iii) queda de 50,1% das receitas de infraestrutura, e

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T16	1T15	Δ%	1T16	1T15	Δ%
Infraestrutura	20,2	37,6	(46,4%)	24,3	48,7	(50,1%)
Operação e Manutenção	208,1	179,7	15,8%	219,2	188,3	16,4%
Remuneração Ativos de Concessão	36,8	28,1	31,0%	58,0	43,3	34,0%
Outras	6,2	6,0	2,7%	5,5	5,4	1,7%
Total	271,3	251,4	8,0%	307,0	285,7	7,4%

Receita de Infraestrutura - A receita de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos.

A Receita de Infraestrutura consolidada totalizou R\$ 24,3 milhões no 1T16, queda de 50,1% quando comparada aos R\$ 48,7 milhões do 1T15, decorrente, principalmente, da conclusão de projetos de reforços, de implantação de novas instalações de infraestrutura nas subestações, recapacitação de linhas de transmissão na Controladora. Nas controladas, houve redução de receita de infraestrutura devido a fase de implementação da instalação de banco de transformadores na IEPinheiros, parcialmente compensada pelo aumento na Serra do Japi que concluiu a instalação de banco de transformadores.

Receita dos Serviços de Operação e Manutenção - No 1T16, a Receita de Operação e Manutenção consolidada somou R\$ 219,2 milhões, crescimento de 16,4% quando comparados aos R\$ 188,3 milhões do 1T15.

Esse aumento é justificado por: (i) variação positiva de R\$ 13,0 milhões referente ao IGPM/IPCA do ciclo da Receita Anual Permitida (RAP) de 2014/2015 para 2015/2016; (ii) variação positiva de R\$ 7,7 milhões referente a inclusão do CAIMI a partir de julho de 2015; (iii) variação positiva do rateio do superávit do sistema no montante de R\$2,3 milhões; (iv) entrada em operação de novos projetos no montante de R\$ 1,2 milhões; (v) variação de serviços decorrentes de análise de projeto e comissionamento de R\$ 0,7 milhões; (vi) variação positiva da parcela variável de R\$ 1,1 milhões e (vii) aumento de R\$ 3,2 milhões nos encargos regulatórios, devido ao crescimento no repasse do CDE e Proinfa.

Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão - A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o saldo de investimento, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala os recebimentos de caixa futuros estimados para a vida do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

A Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão consolidada somou R\$ 58,0 milhões em 2016, aumento de 34,0%, comparada ao mesmo período de 2015 quando atingiu R\$ 43,3 milhões, refletindo, principalmente, o crescimento do ativo financeiro pela realização dos projetos de infraestrutura, além da correção monetária do período.

Outras Receitas - Referem-se a aluguéis com empresas de telecomunicação e prestação de serviços relacionados à manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros. No 1T16, estas receitas totalizaram R\$ 5,5 milhões, aumento de 1,7% comparada ao mesmo período de 2015, quando registrou R\$ 5,4 milhões.

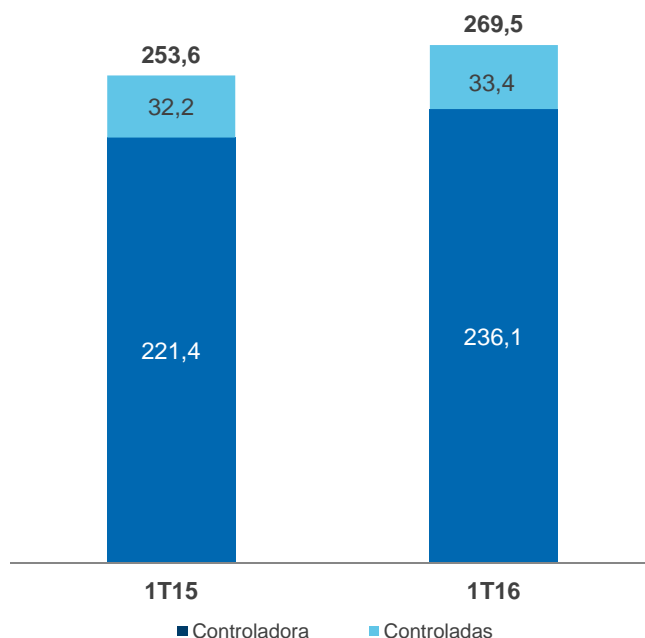
■ Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 37,5 milhões no 1T16, aumento de 16,9% comparada aos R\$ 32,1 milhões do 1T15, devido a: (i) aumento de 9,1% de tributos sobre a receita correspondentes à variação positiva da receita e (ii) aumento de 40,3% dos encargos regulatórios, decorrente, substancialmente, do CDE e PROINFA, devido ao aumento no consumo de energia pelo “consumidores livres” e reajuste das tarifas.

■ Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida Consolidada no 1T16 atingiu R\$ 269,5 milhões, aumento de 6,3% em relação ao mesmo período de 2015, quando representou R\$ 253,6 milhões.

(R\$ milhões)



■ Custos e Despesas de O&M e Infraestrutura

Os custos e despesas de O&M no 1T16, registraram alta de 1,1%, aumento de R\$ 1,4 milhões em relação ao 1T15.

A variação entre custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 6,5% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 8,2% concedido em agosto de 2015, retroativo a junho do mesmo ano, (ii) do aumento em materiais e serviços de terceiros, comparativamente ao 1T15, pela sub execução de contratos vigentes de janeiro a março de 2015, no montante de R\$ 5,2 milhões. Excluindo o efeito não recorrente do 1T15, os custos e despesas do 1T16 se mantiveram abaixo do nível de inflação do período.

As despesas de contingências atingiram R\$ 6,1 milhões, queda de 64,3% em relação ao 1T15, devido a: (i) variação de R\$ 16,8 milhões nas contingências trabalhistas, pela concentração no 1T15 de provisões para perdas de processos trabalhistas de prestadores de serviços de mão de obra terceirizada, inadimplentes e em processo de insolvência; e (ii) variação de R\$ 5,9 milhões nas contingências cíveis e fiscais pelo aumento no 1T16, devido a alteração do prognósticos de processos.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M para o período:

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T16	1T15	Δ%	1T16	1T15	Δ%
Pessoal	(65,2)	(60,2)	8,3%	(67,4)	(63,3)	6,5%
Materiais	(3,1)	(0,9)	234,2%	(3,2)	(1,1)	198,0%
Serviços	(22,3)	(17,4)	28,1%	(23,2)	(19,3)	20,4%
Depreciação	(1,9)	(1,8)	3,1%	(2,1)	(2,0)	4,3%
Contingências	(6,2)	(17,2)	(64,6%)	(6,1)	(17,2)	(64,3%)
Outros	(15,3)	(12,7)	20,4%	(15,4)	(13,2)	16,1%
Total	(114,0)	(110,2)	3,4%	(117,4)	(116,1)	1,1%

Os custos de infraestrutura consolidados registraram R\$ 22,3 milhões no 1T16, redução de 50,1% em relação ao mesmo período de 2015. Esta variação acompanha a queda na receita de infraestrutura, decorrente da conclusão de projetos de reforços, com destaque para os projetos da subestação (SE) Replan, e linhas de transmissão (LT's) Taubaté/Paraíbuna, Paraíbuna/Caraguatatuba e Araras/santo Ângelo, todas concluídas em dezembro de 2015.

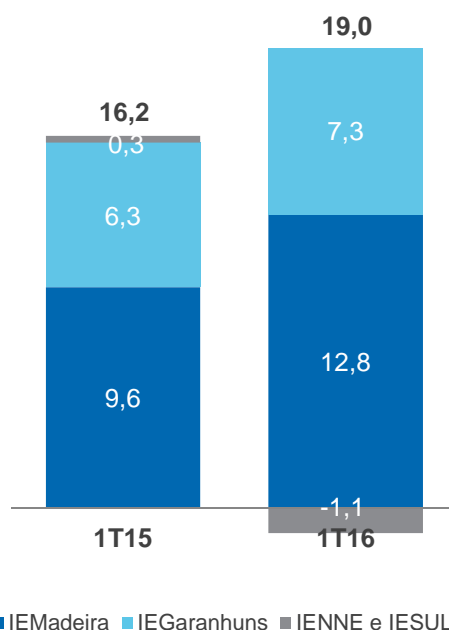
Custos de Infraestrutura (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T16	1T15	Δ%	1T16	1T15	Δ%
Total	(18,3)	(34,1)	(46,4%)	(22,3)	(44,8)	(50,1%)

Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial no 1T16 registrou receita de R\$ 19,0 milhões, aumento de 17,3% frente à receita de R\$ 16,2 milhões no 1T15.

A variação positiva decorre, principalmente, do resultado da subsidiária IEMadeira que teve: (i) aumento do lucro bruto de R\$ 5,8 milhões, pela remuneração dos ativos de concessão do fluxo do ativo financeiro; (ii) redução de R\$ 1,9 milhões nas despesas gerais e administrativas pela provisão de contingências realizadas no 1T15; (iii) aumento de R\$ 3,3 milhões no resultado financeiro, impactado pelo aumento das despesas financeiras; e (iv) aumento com despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1,2 milhões.

(R\$ milhões)



Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 25,2 milhões no 1T16, frente a receita de R\$ 6,5 milhões registrada no mesmo período de 2015.

A variação reflete o fim das receitas de variação monetária e de juros ativos, referentes: (i) à atualização pelo IPCA + 5,59%, do contas a receber de ativo reversível pela Lei nº 12.783 e (ii) ao aumento de despesa de variação monetária com atualização das provisões de demandas judiciais.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T16	1T15	Δ%	1T16	1T15	Δ%
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	9,6	19,9	(51,6%)	14,9	23,1	(35,1%)
Variações monetárias líquidas	(6,6)	17,6	(137,5%)	(6,4)	17,6	(136,2%)
Juros e encargos sobre empréstimos	(30,2)	(29,4)	2,9%	(34,6)	(34,0)	(0,4%)
Outras	1,0	(0,1)	(1095,9%)	0,9	(0,2)	(489,1%)
Total	(26,2)	8,0	425,7%	(25,2)	6,5	(487,6%)

■ Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência. A Controladora é tributada no regime do Lucro Real e as controladas são tributadas no regime de lucro presumido.

Com a extinção do Regime Tributário de Transição – RTT, por meio da Lei nº 12.973/14, a Companhia efetua ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Esses ajustes têm como objetivo atender a legalidade e manter a neutralidade tributária.

Os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão (ICPC 01), são reconhecidos por competência e oferecidos à tributação pelo regime de caixa (efetivo recebimento).

O imposto de renda e contribuição social consolidado gerou despesa de R\$ 25,4 milhões no 1T16, 20,9% superior a despesa de R\$ 21,0 milhões no 1T15, refletindo o aumento no resultado da Companhia. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social no 1T16 foi de 20,5%, ficando abaixo da taxa estatutária, principalmente, pela exclusão do efeito do resultado de equivalência patrimonial, que não é base tributável para IR e CSLL, bem como, a adoção do lucro presumido nas controladas.

■ Lucro Líquido

O Lucro Líquido no 1T16 totalizou R\$ 98,2 milhões, aumento de 13,5% comparado a R\$ 86,6 milhões no 1T15. Por sua vez, o Lucro básico por ação no 1T16 foi de R\$ 0,58546.

■ EBITDA e Margem EBITDA

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12 de R\$ 151,5 milhões no 1T16, apresentou aumento de R\$ 40,3 milhões comparado ao Ebitda de R\$ 111,2 milhões registrado no 1T15. A margem Ebitda no 1T16 alcançou 56,2%.

EBITDA ICVM 527 (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	1T16	1T15	1T16	1T15
Lucro (prejuízo) Líquido	94,4	84,4	98,2	86,6
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	23,5	20,4	25,4	21,0
Resultado financeiro líquido	26,2	(8,0)	25,2	(6,5)
Depreciações e amortizações	2,6	9,9	2,8	10,1
EBITDA ICVM nº 527/12	146,7	106,7	151,5	111,2
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	62,1%	48,2%	56,2%	43,8%

Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório¹

Os resultados regulatórios da CTEEP Controladora e Consolidada apresentados a seguir, também seguem as regras contábeis estabelecidas.

Receita Operacional Bruta – Regulatório

No 1T16, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 272,4 milhões, um aumento de 18,5% em relação ao 1T15, quando registrou R\$ 230,0 milhões. Este aumento decorre (i) da correção monetária do IPCA (8,47%) referente ao ciclo da RAP de 2014/2015 para o ciclo 2015/2016; (ii) da inclusão do recebimento do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI) a partir de julho de 2015 e; (iii) da entrada em operação de novos investimentos no valor de R\$ 4,2 milhões.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T16	1T15	Δ%	1T16	1T15	Δ%
Disponibilidade da Rede Elétrica	231,6	197,7	17,1%	266,9	224,5	18,9%
Outras	6,3	5,9	7,0%	5,5	5,5	(0,2%)
Total	237,9	203,6	16,9%	272,4	230,0	18,5%

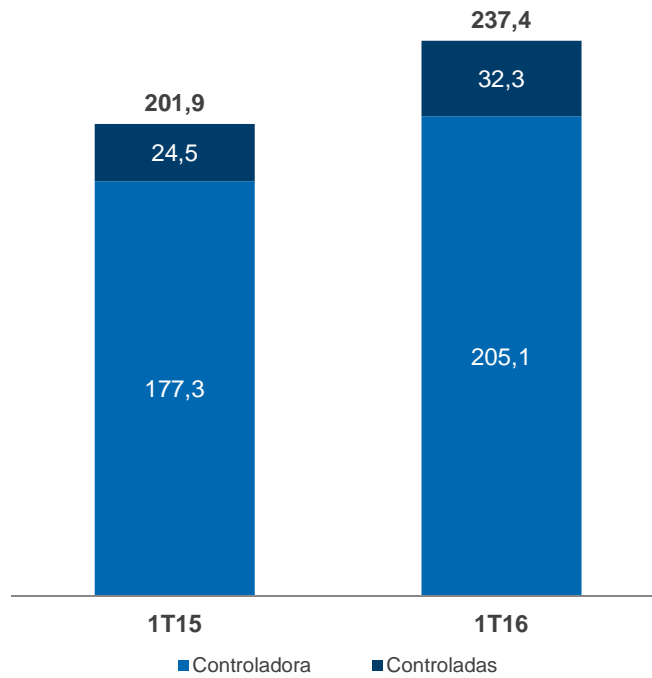
Deduções da Receita Operacional – Regulatório

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 35,0 milhões no 1T16, aumento de 24,6% comparadas aos R\$ 28,1 milhões no 1T15. A variação reflete o aumento nos tributos que acompanham a variação da receita operacional.

¹ **Resultado Regulatório:** Refere-se aos números provenientes dos demonstrativos contábeis regulatórios da CTEEP e de suas Subsidiárias Controladas, que são **auditados somente ao final de cada exercício social** pelos auditores independentes (os resultados regulatórios do 1T16 ainda não foram revisados pela auditoria. A principal diferença em relação às demonstrações societárias é a não aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12). O ICPC 01 traz impacto material nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas Subsidiárias, sobretudo no registro dos investimentos realizados nos ativos de transmissão, com reflexo nas contas patrimoniais de “Ativo Financeiro” e “Ativo Imobilizado”, e alterações na estrutura e apresentação das Demonstrações de Resultados. Por isso, nosso objetivo na divulgação dessas informações, é meramente de colaborar para o entendimento do negócio da CTEEP.

■ **Receita Operacional Líquida – Regulatório**

A Receita Operacional Líquida Consolidada no 1T16 atingiu R\$ 237,4 milhões, aumento de 17,6% em relação ao mesmo período de 2015 quando registrou R\$ 201,9 milhões.



■ Custos e Despesas de O&M – Regulatório

Os custos e despesas de O&M totais, registraram alta de 1,2%, atingindo R\$ 129,3 milhões, resultando em aumento de R\$ 1,6 milhões em relação ao 1T15 quando reportou R\$ 127,7 milhões.

A variação entre custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 5,9% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 8,2% concedido em agosto de 2015, retroativo a junho do mesmo ano; (ii) do aumento em materiais e serviços de terceiros, comparativamente ao 1T15, pela sub execução de contratos vigentes de janeiro a março de 2015, no montante de R\$ 5,2 milhões. Excluindo o efeito não recorrente do 1T15, os custos e despesas do 1T16 se mantiveram abaixo do nível de inflação do período.

As despesas de contingências atingiram R\$ 6,1 milhões, queda de 64,3% em relação ao 1T15, devido a: (i) variação de R\$ 16,8 milhões nas contingências trabalhistas, pela concentração no 1T15 de provisões para perdas de processos trabalhistas de prestadores de serviços de mão de obra terceirizada, inadimplentes e em processo de insolvência; e (ii) variação de R\$ 5,9 milhões nas contingências cíveis e fiscais pelo aumento no 1T16, devido a alteração do prognósticos de processos.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M do período:

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	1T16	1T15	Δ%	1T16	1T15	Δ%
Pessoal	(65,1)	(60,5)	7,7%	(67,3)	(63,6)	5,9%
Materiais	(3,0)	(1,6)	86,5%	(3,1)	(1,7)	84,1%
Serviços	(22,2)	(18,5)	20,1%	(23,1)	(20,2)	14,5%
Depreciação	(7,3)	(5,7)	27,8%	(13,7)	(11,9)	15,2%
Contingências	(6,2)	(17,2)	-64,6%	(6,1)	(17,2)	-64,3%
Outros	(15,4)	(12,6)	22,1%	(16,0)	(13,1)	22,1%
Total	(119,2)	(116,1)	2,6%	(129,3)	(127,7)	1,2%

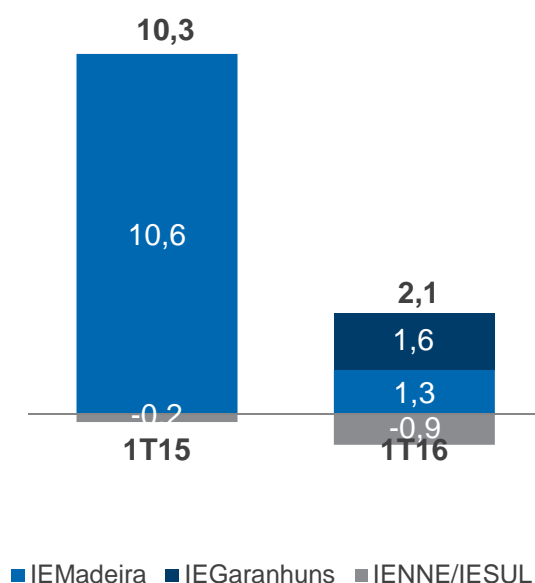
Equivalência Patrimonial – Regulatório

O resultado da equivalência patrimonial no 1T16 registrou receita de R\$ 2,1 milhões menor frente a receita de R\$ 10,3 milhões no 1T15. A variação reflete, principalmente a queda no resultado da subsidiária IEMadeira pela redução na receita decorrente da parcela de ajuste (PA) negativa na RAP para o ciclo 2015/2016 e, também, pelo aumento nas despesas financeiras em função dos serviços da dívida.

Adicionalmente, a subsidiária IE Madeira, para fins de comparabilidade, reapresentou os valores do 1T15 registrados nas despesas de depreciação, que foram acrescidos em R\$ 18,5 milhões, em consequência da depreciação do período de janeiro a março de 2015 referente aos bens do ativo imobilizado do lote "F" - Conversoras Porto Velho e Araraquara, impactando o resultado de equivalência patrimonial da Companhia no montante de R\$ 9,4 milhões.

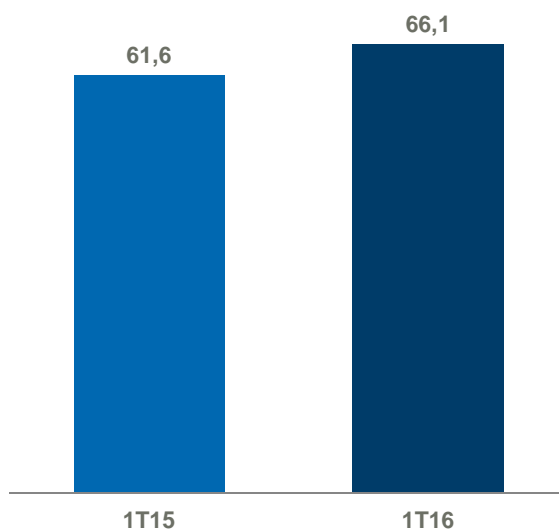
No 1T16 o resultado da IEGaranhuns foi de R\$ 1,6 milhões decorrente da entrada em operação comercial no final de 2015.

(R\$ milhões)



Lucro Líquido – Regulatório

O lucro líquido no 1T16 atingiu R\$ 66,1 milhões, um aumento de 7,3% em relação ao mesmo período de 2015 quando registrou R\$ 61,6 milhões.



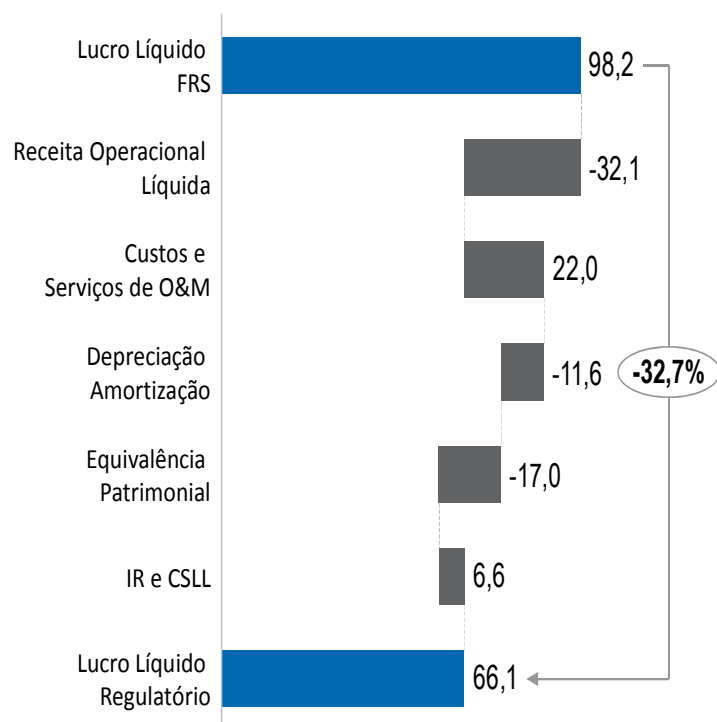
EBITDA e Margem EBITDA ICVM 527/12 – Regulatório

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 124,4 milhões no 1T16, aumento de R\$ 27,8 milhões comparado ao Ebitda registrado no 1T15 de R\$ 96,6 milhões. A margem EBITDA no 1T16 alcançou 52,4%.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	1T16	1T15	1T16	1T15
Lucro (prejuízo) Líquido	62,3	59,4	66,1	61,6
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	17,0	20,4	18,8	21,5
Resultado financeiro líquido	26,2	(8,0)	25,2	(6,5)
Depreciações e amortizações	8,0	13,7	14,3	20,0
EBITDA ICVM nº 527/12	113,4	85,5	124,4	96,6
Margem EBITDA ICVM nº 527/12	55,3%	48,2%	52,4%	47,9%

Comparativo Lucro Líquido IFRS vs Regulatório

As principais variações entre o resultado Consolidado em IFRS e Regulatório no 1T16 estão apresentadas abaixo:



Receita Operacional Líquida: Reconhecimento de Receita de Infraestrutura e da Receita dos Ativos da Concessão, no montante de R\$ 82,3 milhões, combinado com a reclassificação da Receita de O&M e de PIS e CONFINS diferidos, no montante de R\$ 50,2 milhões, totalizando o ajuste de R\$ 32,1 milhões.

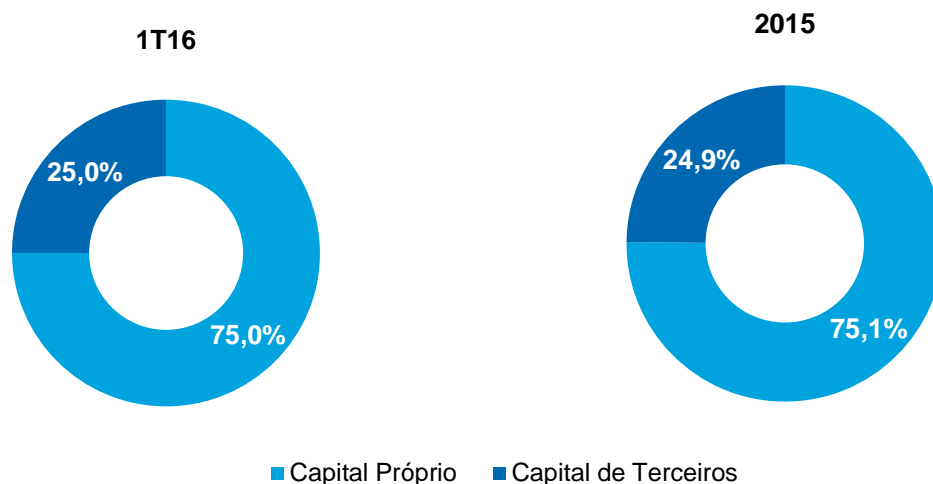
Custos de Infraestrutura e O&M: Reconhecimento de Custos de implementação de Infraestrutura (R\$ 22,3 milhões) e de O&M (R\$ 0,3 milhões), totalizando o ajuste de R\$ 22,0 milhões.

Depreciação e Amortização: Reversão total dos Ativos Financeiros de Concessão em R\$ 11,6 milhões.

Equivalência Patrimonial: Ajustes nas controladas pela adoção do IFRIC 12 que impactam, principalmente, a contabilização das receitas de Infraestrutura e dos Ativos da Concessão.

IR & CSLL: a partir de 2015 a base de tributação do IR/CSLL é o IFRS com reconhecimento de imposto diferido sobre os resultados de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão reconhecidos por competência e oferecidos a tributação pelo efetivo recebimento (R\$ 6,6 milhões).

Estrutura de Capital



Endividamento*

A dívida bruta consolidada em 31 de março de 2016 somou R\$ 1.104,6 milhões, aumento de 0,7% em relação ao final de 2015 quando registrou R\$ 1.096,7 milhões, refletindo, principalmente, o aumento de R\$ 21,0 milhões no saldo das Debêntures pela capitalização dos juros do período, combinado com o pagamento de serviço da dívida de BNDES no montante de R\$ 13,0 milhões.

As disponibilidades da CTEEP consolidada somavam R\$ 409,8 milhões, em 31 de março de 2016, queda de 8,1% em comparação ao registrado em 31 de dezembro de 2015 quando atingiu R\$ 446,2 milhões, decorrente, principalmente, do término no final de 2015 do fluxo de recebimento das indenizações do NI.

Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 694,8 milhões, apresentando aumento de 6,8% em relação à dívida líquida ao final de 2015.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	1T16	2015	Δ%
Dívida Bruta	1.104,6	1.096,7	0,7%
Curto Prazo	272,5	251,9	8,2%
Longo Prazo	832,1	844,8	-1,5%
Disponibilidades CTEEP e Controladas	313,4	446,2	-29,8%
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	96,4	178,8	-46,1%
Dívida Líquida	694,8	650,5	6,8%

(*) Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados para investimento pelas empresas controladas e controladas em conjunto, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

Os principais indicadores financeiros (*covenants*) que a CTEEP está submetida são estabelecidos **pela 1ª emissão de debêntures** simples e pelos contratos de financiamentos com o **BNDES**:

- Debêntures:** os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado $\leq 3,5$ e EBITDA Ajustado Debêntures/Resultado financeiro $\geq 3,0$, apurado trimestralmente. Os *covenants* e as exigências estabelecidas na 1ª Emissão de Debêntures Simples da CTEEP estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia.
- Contratos de financiamento com BNDES (válidos para o ano de 2016):** os indicadores financeiros máximos exigidos nos contratos são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES $\leq 3,5$ e Dívida

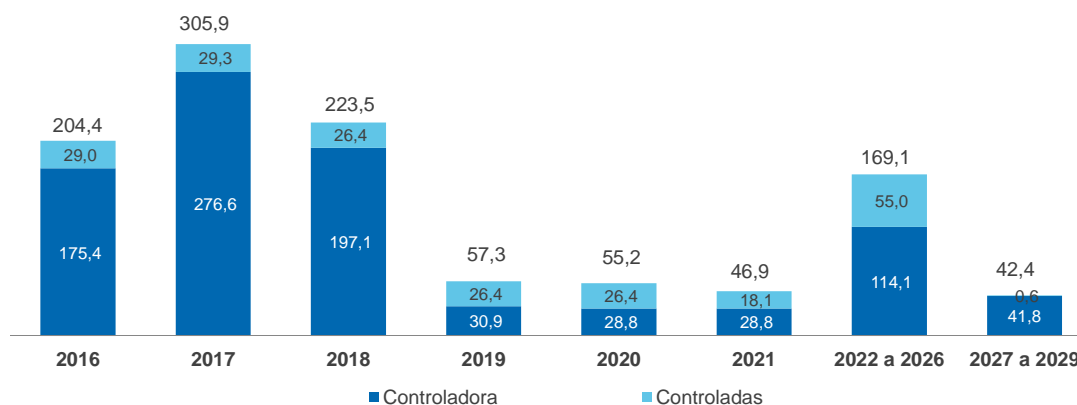
Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) \leq 0,6, apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A **3ª emissão de Debêntures** exige o cumprimento integral dos indicadores financeiros contidos nos contratos de financiamento de BNDES. Os *covenants* e as exigências estabelecidas na 3ª Emissão de Debêntures da CTEEP estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia.

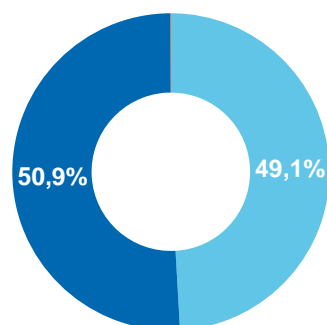
O **custo médio** da dívida consolidada passou de 12,5 % a.a. em 31 de dezembro de 2015 para 12,8% em 31 de março de 2016. O IPCA acumulado dos últimos 12 meses foi de 9,39% e, o CDI anualizado de março de 2016, foi 14,13%. O prazo médio da dívida consolidada em 31 de março de 2016 era de 2,6 anos, menor que o prazo de 2,7 anos apurados no final de 2015.

Abaixo, está demonstrado o cronograma de amortização do endividamento consolidado (Controladora e Controladas), a composição pelas contratações e seus respectivos indexadores.

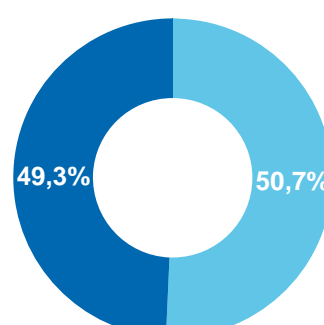
R\$ milhões



Contratação da Dívida e Indexação
1T16



Contratação da Dívida e Indexação
2015



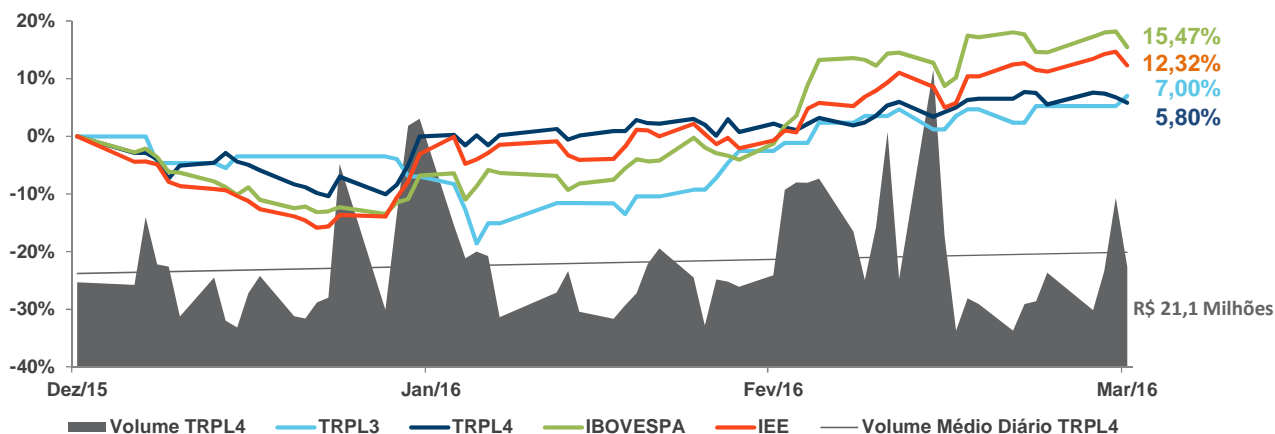
(*) A abertura completa do endividamento da CTEEP de suas controladas e econtroladas em conjunto estão nos ANEXOS deste documento.

Investimentos

Até 31 de março de 2016, a CTEEP investiu um total de R\$ 39,8 milhões sendo: (i) R\$ 13,5 milhões em reforços, novas conexões, modernizações e melhorias, que geram receita adicional à Companhia a partir da energização de cada projeto de investimento; (ii) R\$ 19,3 milhões de investimentos via subsidiárias para finalização de obras do projeto original, assim como de eventuais melhorias, reforços e novas conexões, que contribuirão para a geração de receita adicional à Companhia; e (iii) R\$ 6,9 milhões em capitalização de pessoal, projetos corporativos e de telecomunicação.

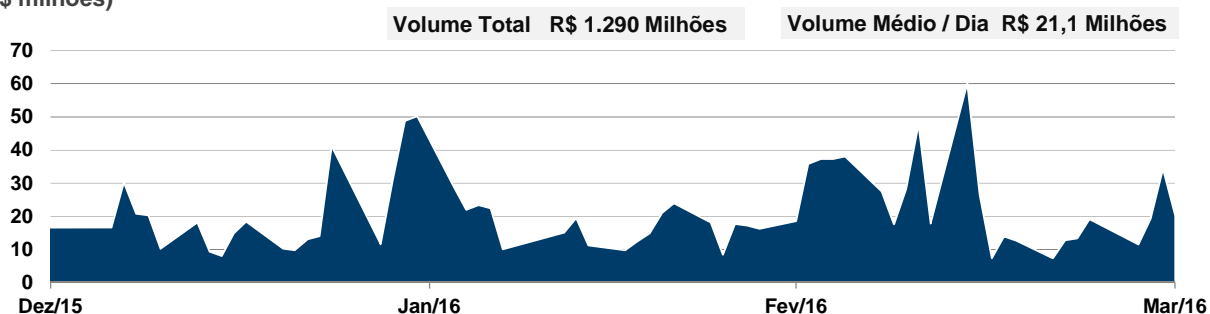
Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram o 1T16 cotadas a R\$ 46,00 e R\$ 48,35, o que representa uma variação de 7,00% e 5,80%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2015. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma valorização de 15,47% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) de 12,32%.



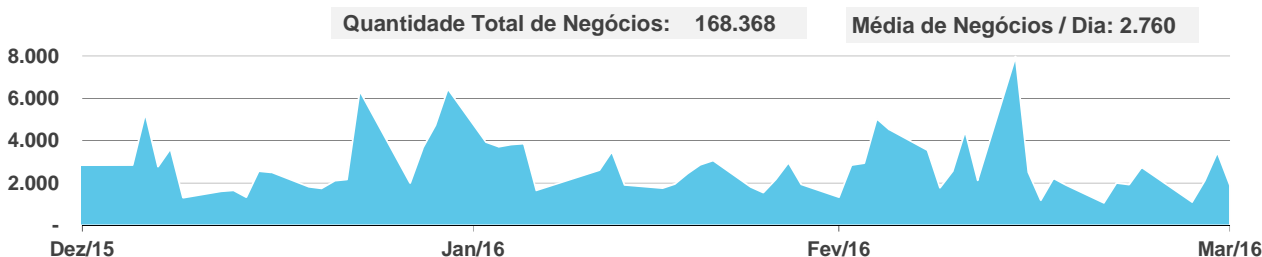
Durante o primeiro trimestre de 2016, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 21,1 milhões.

Volume Financeiro Negociado até 31/03/2016 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 2.760 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 168,4 mil negócios no 1T16.

Quantidade de Negócios até 31/03/2016 (unidades)



Evento Subsequente

▪ Aumento de Capital Social

Em 5 de abril de 2016 o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social da Companhia, com base no capital autorizado estabelecido no Estatuto Social, mediante a subscrição privada de ações. O aumento de capital será de, no mínimo R\$ 59,7 milhões e, no máximo, R\$ 160,7 milhões, sendo que o valor mínimo corresponde à parcela do aumento que caberá ao acionista controlador da Companhia.

▪ Portaria nº 120 – Ministério de Minas e Energia

Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de abril de 2016 pela Companhia foi emitida, em 20 de abril de 2016, a Portaria nº 120 do Ministério de Minas e Energia que determinou que os valores homologados pela ANEEL através do Despacho nº 4036/2015, relativos à indenização dos ativos não depreciado existentes em 31 de maio de 2000 (SE), passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017, pelo prazo estimado de oito anos. A Portaria aborda aspectos relacionados à atualização, remuneração e tributação dos valores envolvidos, mencionando a existência de questões que pendem de regulamentação pela ANEEL. A Companhia está analisando os impactos contábeis da referida Portaria sendo que, no entanto, nenhum efeito dessa medida foi reconhecido nas Informações Trimestrais de 31 de março de 2016.

Anexos

■ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/16	31/12/15	31/03/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	2.728	3.120	5.308	6.135
Aplicações Financeiras	271.228	230.855	404.537	440.054
Contas a Receber	187.665	220.566	289.609	319.961
Estoques	36.066	38.787	37.755	40.476
Tributos Correntes	21.860	4.928	22.127	5.763
Despesas Antecipadas	40.384	6.037	40.570	6.057
Outros	40.076	79.366	41.122	80.380
	600.007	583.659	841.028	898.826
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	2.600.984	2.569.403	3.560.108	3.526.968
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.009.311	965.920	1.009.311	965.920
Benefício Fiscal - ágio incorporado	0	586	0	586
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	177.571	183.809	177.571	183.809
Cauções e Depósitos Vinculados	68.045	66.252	68.061	66.268
Estoques	27.712	27.948	31.033	29.675
Outros	8.506	9.249	20.942	21.308
	3.892.129	3.823.167	4.867.026	4.794.534
Investimentos	2.435.891	2.394.590	1.592.602	1.572.640
Imobilizado	22.533	23.163	22.564	23.194
Intangível	21.415	22.649	47.468	49.509
	2.479.839	2.440.402	1.662.634	1.645.343
Total do Ativo	6.971.975	6.847.228	7.370.688	7.338.703

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/16	31/12/15	31/03/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	32.657	32.530	71.300	71.070
Debêntures	201.238	180.782	201.238	180.782
Fornecedores	42.305	31.824	46.353	34.950
Tributos e Encargos sociais a recolher	39.889	26.825	42.092	28.417
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	16.526	16.200	16.526	16.200
Encargos Regulatórios a recolher	8.985	21.442	9.163	21.821
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	2.155	2.156	2.155	2.156
Provisões	25.717	28.828	26.440	29.757
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.446	6.144	6.446	6.144
Outros	20.870	21.849	24.940	31.014
	396.788	368.580	446.653	422.311
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	299.024	306.076	471.593	485.239
Debêntures	360.555	359.573	360.555	359.573
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	125.319	126.897	125.319	126.897
PIS e COFINS diferidos	110.115	107.741	151.464	149.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	35.858	35.801
Encargos Regulatórios a recolher	31.196	28.783	33.774	31.194
Provisões	194.309	189.320	194.386	189.612
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
Total exigível a longo prazo	1.144.571	1.142.443	1.397.002	1.401.391
Participação de Acionista não Controlador	0	0	96.417	178.796
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.215.291	2.215.291	2.215.291	2.215.291
Reservas de Capital	1.277.356	1.277.356	1.277.356	1.277.356
Reservas de Lucros	1.842.892	1.842.892	1.842.892	1.842.892
Lucros/Prejuízos Acumulados	94.411	0	94.411	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	5.430.616	5.336.205	5.430.616	5.336.205
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.971.975	6.847.228	7.370.688	7.338.703

▪ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	1T16	1T15	Δ%	1T16	1T15	Δ%
Receita Operacional Bruta	271.348	251.351	8,0%	306.984	285.711	7,4%
Infraestrutura	20.157	37.608	(46,4%)	24.334	48.745	(50,1%)
O&M	208.080	179.743	15,8%	219.157	188.262	16,4%
Ativos de concessão	36.766	28.072	31,0%	57.993	43.293	34,0%
Outras	6.345	5.928	7,0%	5.500	5.411	1,6%
Deduções à Receita Operacional	(35.213)	(29.916)	17,7%	(37.472)	(32.065)	16,9%
Receita Operacional Líquida	236.135	221.435	6,6%	269.512	253.646	6,3%
Custos e Despesas Operacionais	(132.251)	(144.333)	(8,4%)	(139.661)	(160.925)	(13,2%)
Pessoal	(70.926)	(65.100)	8,9%	(73.206)	(68.589)	6,7%
Material	(7.413)	(12.333)	(39,9%)	(7.690)	(17.151)	(55,2%)
Serviços	(30.488)	(35.176)	(13,3%)	(33.243)	(42.394)	(21,6%)
Outros	(23.424)	(31.724)	(26,2%)	(25.522)	(32.791)	(22,2%)
Resultado Bruto	103.884	77.102	34,7%	129.851	92.721	40,0%
Equivalência Patrimonial	40.406	27.483	47,0%	19.021	16.161	17,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(126)	(7.826)	(98,4%)	(126)	(7.819)	(98,4%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	144.164	96.759	49,0%	148.746	101.063	47,2%
Resultado Financeiro	(26.219)	8.049	(425,7%)	(25.157)	6.490	(487,6%)
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	9.620	19.895	(51,6%)	14.920	23.067	(35,3%)
Resultado de Variação monetária líquida	(6.608)	17.614	(137,5%)	(6.399)	17.593	(136,4%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(30.207)	(29.362)	2,9%	(34.576)	(34.038)	1,6%
Outras	976	(98)	(1095,9%)	898	(132)	(780,3%)
Lucro operacional	117.945	104.808	12,5%	123.589	107.553	14,9%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(23.534)	(20.418)	15,3%	(25.350)	(20.961)	20,9%
Corrente	(17.296)	(17.359)	(0,4%)	(19.055)	(18.489)	3,1%
Diferido	(6.238)	(3.059)	103,9%	(6.295)	(2.472)	154,7%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	94.411	84.390	11,9%	98.239	86.592	13,5%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	(3.828)	(2.202)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	94.411	84.390	11,9%	94.411	84.390	11,9%

■ **Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)**

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1T16	1T15	1T16	1T15
Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.717	(24.536)	44.630	(22.199)
Caixa Gerado nas Operações	101.439	110.580	127.322	126.054
Lucro Líquido	94.411	84.390	98.239	86.592
PIS e COFINS diferidos	2.374	3.668	2.442	3.952
Depreciação e Amortização	1.936	1.849	2.124	2.037
IR e CSLL diferidos	6.238	3.059	6.295	2.472
Demandas Judiciais	(169)	6.195	(384)	6.158
Custo residual do ativo imobilizado	70	0	70	0
Benefício fiscal - ágio incorporado	9	7.472	9	7.472
Amortização ativo de concessão na aquisição da controlada	622	623	622	623
Realização perda em controlada em conjunto	(576)	(590)	(576)	(590)
Resultado de equivalência patrimonial	(40.406)	(27.483)	(19.021)	(16.161)
Juros e variações monetárias e cambiais s/ ativos e passivos	36.930	31.397	37.502	33.499
Variações nos Ativos	-78.451	-115.308	-83.583	-116.026
Contas a receber	1.320	(68.120)	(2.212)	(75.834)
Estoques	2.957	3.787	1.363	3.787
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(43.391)	(36.966)	(43.391)	(36.966)
Tributos e contribuições a compensar	(16.932)	19.797	(16.364)	19.783
Cauções e depósitos vinculados	(617)	2.181	(617)	2.181
Outros	(21.788)	(35.987)	(22.362)	(28.977)
Variações nos Passivos	4.729	-19.808	891	-32.227
Fornecedores	10.481	(26.318)	11.403	(39.147)
Tributos e encargos sociais a recolher	13.064	8.745	13.675	9.163
Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	(4.106)	(3.785)	(4.106)	(3.785)
Encargos Regulatórios a recolher	(10.925)	(273)	(10.999)	(292)
Provisões	(3.111)	(5.305)	(3.317)	(5.135)
valores a pagar FUNCESP	302	1.681	302	1.681
Outros	(976)	5.447	(6.067)	5.288
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-13.406	70.280	-19.898	78.114
Aplicação Financeira	(40.373)	83.556	35.517	52.744
Transações com acionistas não controladores	0	0	(82.379)	27.870
Imobilizado	(142)	(1.022)	(142)	(1.023)
Intangível	0	(304)	(3)	(527)
Investimentos	(941)	(11.950)	(941)	(950)
Dividendos Recebidos	28.050	0	28.050	0
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-14.703	-43.917	-25.559	-54.976
Adições de empréstimos	0	0	0	0
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(14.702)	(43.915)	(25.558)	(54.974)
Dividendos pagos	(1)	(2)	(1)	(2)
Aumento de Capital	0	0	0	0
Varição de Caixa e Equivalentes	-392	1.827	-827	939
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.120	1.390	6.135	4.696
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.728	3.217	5.308	5.635

■ **Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)**

Fontes	Encargos	Vencimentos	1T16	2015
BNDES	TJLP + 2,3% ano	15/06/15	0	0
	TJLP + 1,8% ano	15/06/15	0	0
	TJLP + 1,8% ano	15/03/29	242.569	246.316
	3,50% a.a.	15/01/24	80.006	82.538
	4,00% a.a.	15/08/18	185	204
	6,00% a.a.	15/11/19	8.452	9.029
Debêntures - CTEEP				
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	43.923	41.609
Série Única	116% CDI	26/12/18	517.869	498.747
Outros - CTEEP				
Eletrobras	8% ano	15/11/21	185	196
Arrendamento Mercantil	-	-	284	323
Total Dívida Bruta CTEEP:			893.475	878.962
BNDES				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	36.277	37.425
	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	36.348	37.132
PINHEIROS	5,5% a.a.	15/01/21	48.580	51.092
	3,50% a.a.	15/04/23	12.829	13.282
	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	6.340	6.451
SERRA DO JAPI	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	37.999	38.796
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	32.837	33.525
Total Dívida Bruta Subsidiária			211.211	217.703
Total Dívida Bruta Consolidado (R\$ mil)			1.104.686	1.096.665

■ **Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$mil)**

Empresa	Fontes	Vencimentos	Total	Participação CTEEP
IE MADEIRA	ITAÚ BBA	18/03/2025	462.823	236.040
	BNDES	15/02/2030	1.424.350	726.419
	BNDES	15/10/2022	179.221	91.403
	BASA	10/10/2032	312.491	159.370
Dívida Bruta IE Madeira (51% CTEEP)			2.378.886	1.213.232
Disponibilidades			123.511	62.991
Dívida Líquida IE Madeira (51% CTEEP)			2.255.375	1.150.241
IENNE	BB	04/08/2014	15.712	3.928
	BNB	19/05/2030	197.433	49.358
Dívida Bruta IENNE (25% CTEEP)			213.145	53.286
Disponibilidades			411	103
Dívida Líquida IENNE (25% CTEEP)			212.734	53.184
IEGARANHUNS	BNDES	15/12/2028	228.052	116.306
	BNDES	15/08/2023	105.945	54.032
	BNDES	15/12/2028	1.677	855
Dívida Bruta IE GARANHUNS (51% CTEEP)			335.673	171.193
Disponibilidades			7.589	3.870
Dívida Líquida IE GARANHUNS (51% CTEEP)			328.084	167.322
IE SUL	BNDES	15/01/2021	9.258	4.629
	BNDES	15/08/2023	5.076	2.538
	BNDES	15/08/2028	7.146	3.573
	BNDES	15/05/2025	8.682	4.341
Dívida Bruta IE SUL (50% CTEEP)			30.163	15.081
Disponibilidades			565	283
Dívida Líquida IE SUL (50% CTEEP)			29.598	14.799
TOTAL Dívida Bruta (R\$ milhões)			2.957.867	1.452.792
TOTAL Dívida Líquida (R\$ milhões)			2.825.791	1.385.546

■ **Anexo VI – Subsidiárias**

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2015/2016 (R\$ milhões)	Vencimento do Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	Dez/08	14,9	Abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(*)	46,1	Out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	Mar/12	52,7	Nov/39	CTEEP 100%
Evrecy	Minas Gerais Espírito Santo	Nov/08	13,1	Jul/25	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins	Jan/11	36,5	Mar/38	Isolux 50% CTEEP 25% CYMI 25%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul	(**)	15,3	Out/38	CTEEP 50% + 1 ação CYMI 50%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo	(***)	416,2	Fev/39	CTEEP 51% Furnas 24,5% Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco	Dez/15	88,3	Dez/41	CTEEP 51% Chesf 49%

(*) Lote H - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

Lote E - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

Lote K – A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(**) Lote F - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º semestre de 2015.

(***) Lote D - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP de R\$ 222,8 milhões)

Lote F - Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3.150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2.950 MW, entrou em operação comercial em 12 de maio de 2014 (RAP: R\$ 193,4 milhões)

■ Anexo VII – Contas a Receber

Contas a receber (ativos de concessão) é o valor a receber referente aos serviços de infraestrutura, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros de cada projeto do contrato de concessão. Também faz parte do contas a receber (ativos de concessão) o O&M - Operação e Manutenção que refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

Contas a Receber (ativos de concessão) R\$ milhões	Controladora		Consolidado	
	1T16	2015	1T16	2015
O&M	114,7	149,5	126,3	158,7
Contas a receber serviços de O&M (a)	114,7	149,5	126,3	158,7
Ativo Financeiro	1.183,0	1.149,5	2.232,4	2.197,3
Contas a Receber serviços de implementação de infraestrutura (b)	1.169,1	1.137,2	2.144,1	2.111,2
Contas a receber por indenização (c)	13,9	12,3	88,3	86,1
Ativo Reversível - Lei 12.783	1.491,0	1.491,0	1.491,0	1.491,0
Contas a receber (SE) (d)	1.491,0	1.491,0	1.491,0	1.491,0
Total	2.788,7	2.790,0	3.849,7	3.847,0

(a) O&M - Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

(b) Valor a receber referente aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica até o término da vigência de cada um dos contratos de concessão, dos quais a Companhia e suas controladas são signatárias, ajustado a valor presente e remunerado pela taxa efetiva de juros.

(c) Contas a receber indenização – refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final dos contratos de concessão vigentes e ao qual a Companhia e suas controladas terão direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência dos contratos de concessão.

(d) Contas a receber Lei nº 12.783 – refere-se ao valor a receber de indenização dos investimentos realizados e não amortizados do contrato de concessão nº 059/2001, subdividido em NI e SE, respectivamente:

- A parcela de indenização das instalações referente ao NI corresponde ao montante de R\$ 2,949.121, sendo R\$ 2.891.291 referente ao VNR apurado e R\$57.830 referente à remuneração pelo IPCA + WACC de 5,59% a.a., conforme determinado pela Portaria Interministerial nº 580. O equivalente a 50% desse montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013 e os 50% restantes foram divididos em 31 parcelas mensais
- A parcela da indenização das instalações referentes ao SE, corresponde ao valor do custo de implementação dessa infraestrutura, tendo em vista despacho ANEEL nº 155 de 23 de janeiro de 2013, que orienta pela manutenção do valor de custo até a homologação pelo Poder Concedente. Conforme divulgado em fato relevante de 12 de agosto de 2014, foi realizado novo laudo de avaliação independente, que totaliza R\$ 5.186.018, equivalente aos investimentos pelo VNR ajustado pela depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2012. Na 47ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 15 de dezembro de 2015, foi homologado o valor de indenização em R\$ 3.896.328, sendo objeto do Despacho nº 4036/2015, publicado no Diário Oficial da União no dia 21 de dezembro de 2015. Com o objetivo de reformar a decisão da Diretoria da ANEEL, foi protocolado em 30 de dezembro de 2015, pedido de reconsideração pela Companhia. Os efeitos e reconhecimento contábil dependem da homologação do valor final e da forma e prazo de recebimento, cuja responsabilidade de definição é do Ministério de Minas e Energia.

■ **Anexo VIII – Balanço Patrimonial Regulatório**

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/16	31/12/15	31/03/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	2.728	3.120	5.308	6.135
Aplicações Financeiras	271.228	230.855	404.537	440.054
Contas a Receber	105.229	139.940	116.825	148.989
Estoques	36.066	38.787	38.214	40.476
Tributos e contribuições a compensar	21.860	4.928	22.127	5.763
Tributos Correntes a Recuperar	0	0	0	0
Despesas Antecipadas	40.384	6.037	40.570	6.057
Crédito com controladas	1.554	29.500	1.134	29.200
Outros	39.099	50.452	40.565	51.767
	518.148	503.619	669.280	728.441
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo				
Contas a Receber	9.109	9.167	9.120	9.324
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.009.311	965.920	1.009.311	965.920
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	243.325	243.042	243.325	243.042
Cauções e Depósitos Vinculados	68.045	66.252	68.061	66.268
Outros	7.929	9.249	20.365	21.306
	1.337.719	1.293.630	1.350.182	1.305.860
Investimentos	1.818.062	1.797.427	1.176.755	1.174.338
Imobilizado	2.462.282	2.371.586	3.239.196	3.149.714
Intangível	0	79.701	22.303	102.004
	4.280.344	4.248.714	4.438.254	4.426.056
Total do Ativo	6.136.211	6.045.963	6.457.716	6.460.357

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/16	31/12/15	31/03/16	31/12/15
CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	32.657	32.530	71.300	71.070
Debêntures	201.238	180.782	201.238	180.782
Fornecedor	42.305	31.824	46.353	34.950
Tributos e Encargos sociais a recolher	39.889	26.825	42.092	28.417
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	16.526	16.200	16.526	16.200
Encargos Regulatórios a recolher	8.985	21.442	9.163	21.821
IR & CS Diferidos	0	0	0	0
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	2.155	2.156	2.155	2.156
Provisões	25.717	28.828	26.440	29.757
Valores a Pagar - Fundação CESP	6.446	6.144	6.446	6.144
Outros	20.872	21.849	24.941	31.015
	396.790	368.580	446.654	422.312
NÃO CIRCULANTE				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e Financiamentos	299.024	306.076	471.593	485.239
Debêntures	360.555	359.573	360.555	359.573
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	125.319	126.897	125.319	126.897
IR e CS Diferidos	0	0	0	0
Encargos Regulatórios a recolher	31.196	28.783	33.774	31.194
Provisões	194.309	189.320	194.386	189.612
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
Outros	0	0	0	0
Total exigível a longo prazo	1.034.456	1.034.702	1.209.680	1.216.568
Participação de Acionista não Controlador	0	0	96.417	178.796
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social	2.215.291	2.215.291	2.215.291	2.215.291
Reservas de Capital	1.277.356	1.277.356	1.277.356	1.277.356
Reservas de Lucros	1.972.102	1.972.102	1.972.102	1.972.102
Lucros/Prejuízos Acumulados	(760.450)	(822.734)	(760.450)	(822.734)
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	4.704.965	4.642.681	4.704.965	4.642.681
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	6.136.211	6.045.963	6.457.716	6.460.357

■ **Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório**

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	1T16	1T15	Δ%	1T16	1T15	Δ%
Receita Operacional Bruta	237.898	203.592	16,9%	272.403	229.960	18,5%
Disponibilidade da Rede Elétrica	231.553	197.664	17,1%	266.903	224.549	18,9%
Outras	6.345	5.928	7,0%	5.500	5.411	1,6%
Deduções à Receita Operacional	(32.839)	(26.248)	25,1%	(35.029)	(28.106)	24,6%
Receita Operacional Líquida	205.059	177.344	15,6%	237.374	201.854	17,6%
Custos e Despesas Operacionais	(119.157)	(116.113)	2,6%	(129.307)	(127.740)	1,2%
Pessoal	(65.112)	(60.458)	7,7%	(67.346)	(63.599)	5,9%
Material	(3.006)	(1.612)	86,5%	(3.094)	(1.683)	83,8%
Serviços	(22.233)	(18.511)	20,1%	(23.096)	(20.169)	14,5%
Outros	(28.806)	(35.532)	(18,9%)	(35.771)	(42.289)	(15,4%)
Resultado Bruto	85.902	61.231	40,3%	108.067	74.114	45,8%
Equivalência Patrimonial	19.716	18.323	7,6%	2.072	10.331	(79,9%)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(103)	(7.801)	(98,7%)	(103)	(7.801)	(98,7%)
Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos	105.515	71.753	47,1%	110.036	76.644	43,6%
Resultado Financeiro	(26.219)	8.049	(425,7%)	(25.155)	6.490	(487,6%)
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	9.620	19.895	(51,6%)	14.920	23.067	(35,3%)
Resultado de Variação monetária líquida	(6.608)	17.614	(137,5%)	(6.399)	17.593	(136,4%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(30.207)	(29.362)	2,9%	(34.576)	(34.038)	1,6%
Outras	976	(98)	(1095,9%)	900	(132)	(781,8%)
Lucro operacional	79.296	79.802	(0,6%)	84.881	83.134	2,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	(17.013)	(20.418)	(16,7%)	(18.770)	(21.548)	(12,9%)
Corrente	(17.295)	(17.148)	0,9%	(19.052)	(18.278)	4,2%
Diferido	282	(3.270)	(108,6%)	282	(3.270)	(108,6%)
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador	62.283	59.384	4,9%	66.111	61.586	7,3%
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	(3.828)	(2.202)	100,0%
Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	62.283	59.384	4,9%	62.283	59.384	4,9%

■ **Anexo IX – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% CTEEP)**

IE MADEIRA			
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	1T16	1T15	Δ%
Receita Operacional Bruta	115,8	134,9	-14,2%
Deduções à receita operacional	(14,7)	(17,2)	-14,4%
Receita operacional líquida	101,0	117,7	-14,2%
Custos dos serviços de operação	(7,7)	(11,0)	-29,8%
Depreciação	(34,1)	(34,6)	-1,4%
Lucro Bruto	59,2	72,1	-17,9%
Resultado Financeiro	(57,0)	(50,7)	12,6%
Lucro antes do IR & CSLL	2,2	21,4	-89,9%
IR & CSLL	0,4	(0,7)	-
Lucro líquido	2,6	20,7	-87,6%
Participação CTEEP	1,3	10,6	-87,6%

IE GARANHUNS	
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	1T16
Receita Operacional Bruta	24,3
Deduções à receita operacional	(3,1)
Receita operacional líquida	21,2
Custos dos serviços de operação	(1,3)
Depreciação	(7,8)
Lucro Bruto	12,1
Resultado Financeiro	0,0
Lucro antes do IR & CSLL	12,1
IR & CSLL	(1,7)
Lucro líquido	10,4
Participação CTEEP	5,3